

## A modernidade do futebol na História

*Luiz Carlos Ribeiro<sup>1</sup>*

**Resumo:** A partir da constatação da recorrência do termo "moderno" ou "modernização" no discurso dos agentes envolvidos com o campo futebolístico, em especial dirigentes de entidades e jornalistas especializados, o objetivo do presente ensaio é o de criticar a naturalização do conceito. Para isso realiza um mapeamento da Filosofia Política, localizando na tradição iluminista, em especial em Hegel, os fundamentos ideológicos do termo moderno como uma estratégia das classes hegemônicas do ocidente capitalista. Também propõe discutir como os historiadores do futebol, ao reproduzirem o conceito de forma acrítica e naturalizada, revelam se encontrar no mesmo campo ideológico do liberalismo. Para refletir sobre essa forma de apropriação, são analisados dois autores que, de maneira diferenciada, influenciam as interpretações históricas do futebol: Norbert Elias e Eric Hobsbawm.

**Palavras-chave:** Futebol; Moderno; Filosofia Política; Norbert Elias; Eric Hobsbawm

**Abstract:** From the evidence of the recurrence of the term "modern" or "modernization" in the discourse of those involved with the football field, especially heads of agencies and specialized journalists, the aim of this essay is to criticize the naturalization of this concept. In order to do so, it carries out a mapping of political philosophy, locating in the Enlightenment tradition, especially in Hegel, the ideological foundations of the term "modern" as a strategy of the hegemonic classes in western capitalism. It also proposes to discuss how football historians, when they reproduce the concept in an uncritical and naturalized way, reveal themselves to be in the same ideological camp of liberalism. To reflect on this form of appropriation, two authors are analyzed, who, in different ways, influence the historical interpretations of football: Norbert Elias and Eric Hobsbawm.

**Keywords:** Football; Modern; Political Philosophy; Norbert Elias; Eric Hobsbawm

### Modernity of football in History

---

<sup>1</sup>Professor do Programa de Pós-Graduação em História, UFPR. Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. Email: [ribeiro4650@gmail.com](mailto:ribeiro4650@gmail.com)

Assim como com os andamentos das Ciências Sociais, as leituras políticas sobre o futebol encontram-se imbricadas com desenvolvimento ideológico e filosófico. Até por que não é uma condição exclusiva do futebol, essa constatação pode parecer um pouco óbvia. Mas a peculiaridade com que o tema se inscreveu nos estudos acadêmicos, nos últimos quarenta anos, impõe esse destaque (RIBEIRO, 2012a).

O fato é que, desde as primeiras décadas do século XX, futebol e Brasil são forças simbólicas que foram sendo produzidas e apresentadas quase que de maneiras indistintas, tanto na prática política quanto nas narrativas intelectuais (RIBEIRO, 2014; ANTUNES, 2004; PEREIRA, 2000; HELAL, 1997). Foram literatos, chefes políticos, jornalistas, ideólogos políticos, todos se valendo, de forma e intensidade variadas, do binômio Brasil-futebol. E um dos eixos centrais dessas leituras tem sido a da *modernidade*. Ora referindo-se ao país, ora ao futebol, mas quase sempre associado a uma narrativa de incompletude, ou da necessidade de superar uma crise. Ou seja, de algum modo a ideia de modernidade esteve sempre calçada na estratégia de superação do recalque brasileiro de se sentir um povo e uma nação. O processo de associação da identidade Brasil com futebol continuamente tem estado colado à ideia de ser moderno, seja no sentido de se integrar às nações definidas como civilizadas, seja construindo uma civilização específica dos trópicos. Na verdade, sobretudo depois dos anos 1930, o teorema da modernização, nas suas mais variadas matizes, tem perpassado toda a sociedade brasileira.

Assim, o objetivo do presente trabalho é questionar o significado de modernidade ou modernização atribuído ao futebol. Um conceito banalizado, tanto por dirigentes do campo esportivo, pela mídia especializada, quanto pelos estudos acadêmicos. Não poucas vezes as expressões moderno/modernidade/modernização aparecem como sinônimo de "progresso" ou de "melhorias" nas estruturas do esporte, sem que exista uma discussão aprofundada do que isso possa significar no cotidiano da modalidade e, sobretudo, no seu processo histórico. A proposta de *modernizar* o futebol é invariavelmente apresentada como algo que tem um significado e uma magia próprios. Um sentido positivo, portanto inquestionável, mesmo que pouco se saiba (ou, sobretudo, se tenha interesse em explicitar) o que isso significa efetivamente. O termo *modernizar* é tomado, então, como uma essência, algo que possui valor e verdade em si mesmo, dispensando explicação ou contextualização histórica.

Para ficarmos apenas com alguns exemplos da força de permanência dessa ideia de *modernizar* o futebol, no caso brasileiro, lembremos o ocorrido com os preparativos do selecionado nacional para as Copas de 1958 e 1970, ao que Miguel A. Freitas Júnior nominou como "uma agenda de modernização" do futebol brasileiro. Não por acaso foram movimentos que ocorreram após as derrotas das seleções de 1950/54 e de 1966, que provocaram o desenvolvimento de um sentimento de fracasso da nação em superar seu atraso e sua incapacidade de se civilizar (FREITAS JUNIOR, 2009). Predominava de forma diferenciada a ideia generalizada de que o país precisava se modernizar, fosse a modernidade da bossa-nova ou da construção de Brasília entre os anos cinquenta/sessenta, fosse o discurso anticomunista que garantiria ao país realizar com eficácia a parceria com o grande capital internacional, nos autoritários anos sessenta/setenta. De tal modo, o recalque com as derrotas de 1950/54 e de 1966 se mistura à euforia com as vitórias de 1958 e 1970. O lugar-comum da modernidade acaba sendo reclamado e legitimado, tanto na situação de derrota quanto na de vitória.

Outra situação ocorreu no final dos anos 1980, num momento em que redemocratização e flexibilização global dos mercados permeavam e alimentavam a ideia de crise nacional. As dificuldades financeiras da CBF em organizar o campeonato brasileiro, em 1987, oportunizou alguns presidentes de clubes, também insatisfeitos com a crise financeira de seus clubes, a criarem o chamado Clube dos 13, uma espécie de liga de elites dos clubes nacionais (certamente uma influência das Ligas europeias de futebol), como forma de superar as dificuldades da CBF e buscar assim a modernização do futebol brasileiro, um dilema que já analisamos em outra oportunidade.

Por um lado, o Clube dos 13 tentava se desembaraçar da lentidão que a multidão de clubes profissionais de futebol impunha às mudanças. As ofertas globais do novo mercado de entretenimento exigiam respostas eficazes que a lentidão do voto unitário não permitia. Portanto, eles não estavam agindo em favor de uma modernização de futebol brasileiro – em oposição a uma suposta irracionalidade e desorganização da CBF – mas apanhando de forma atabalhoada as oportunidades do mercado global do futebol, mesmo sem ter uma estratégia ou mesmo saber a direção que tudo isso levaria. De outro, a CBF – como ainda hoje – sabia que a sua força política estava na dependência e na lentidão (que podemos chamar de “tradição”) da multidão de pequenos clubes e de federações corruptas ou falidas. Ela sabia que precisava se “modernizar”, mas não podia deixar órfãos a imensa maioria de sua base política e ficar à mercê da “modernidade” de uma minoria de clubes mais ricos. (RIBEIRO, 2012b, p. 9/10)

Um último exemplo dessa busca incessante pela modernização do futebol nacional é bem recente, com a promulgação da Lei Nº 13.155, de agosto de 2015, sancionada pela Presidência da República e que atende a uma série de reivindicações do movimento de atletas conhecido por Bom Senso Futebol Clube. O objetivo principal da lei, conforme seu texto, é o de "promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol" (BRASIL, 2015). Entre suas disposições destaca-se o estabelecimento de "princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol", coordenado pelo PROFUT (Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro) e controlada pelo APFUT (Autoridade Pública de Governança do Futebol), além de outras medidas (Idem).

Sem entrar no mérito ou em uma análise mais detalhada da lei, interessa destacar na resolução aplicada à governança esportiva do futebol brasileiro a naturalização do termo modernização, desta vez associado à democratização, transparência e responsabilização dos clubes e dirigentes.

Enquanto nos anos 1950/60 o sentido dado à modernização era o de romper com nosso atraso técnico e com o sentimento de inferioridade do jogador/homem brasileiro e nos anos 1980/90, com o Clube dos 13, esteve associado à ideia de adaptar o futebol brasileiro à lógica da indústria do espetáculo, facilitada então pelo desenvolvimento das redes de televisão e pela crescente mercantilização empurrada pela globalização, no momento atual, até mesmo pelo arrefecimento dos arroubos mercantilistas e a crise global, o *sentido* dado à *modernização* dirige-se agora à democratização e transparência.

Verifica-se, desse modo, que o termo modernização é associado a conceitos essencializados como progresso, avanço; enquanto um *destino*, um devir inexorável que se apresenta linear, positivo e sem conflitos, quase sempre na expectativa de superar um atraso e/ou uma crise.

Mas a vulgarização do termo não é exclusiva no campo futebolístico. É um conceito que perpassa de forma estática e naturalizada todo o tecido social e adquire o estatuto de permanente, um lugar comum. Por isso, nossa proposta, nesse artigo, é entender o significado dessa *modernidade*. Ou seja, procurar compreender o seu processo de elaboração na sociedade ocidental, e como se reproduz de forma acrítica no campo futebolístico.

A proposta é sem dúvida ambiciosa, pois pretende um exercício de desconstrução da ideia de modernidade no pensamento filosófico e político ocidental. Ou seja, em que

condições históricas e base filosófica os conceitos de *moderno* e de *modernidade* se constituíram e se autonomizaram (tornaram-se essências), a ponto de dispensar, no contexto contemporâneo, explicações históricas que lhes deem significado? Por ser uma proposta ampla e reconhecidamente pretensiosa, o objetivo é limitar a um mapeamento conceitual, na perspectiva de uma reflexão do *ser moderno*.

### **O futebol como um esporte moderno**

Definir o futebol como se pratica na atualidade, como um *esporte moderno*, é já um cânone na literatura especializada (ELIAS/DUNNING, 1992; MIGNON, 1998; HOBBSAWM, 1997). Essa concepção significa definir que toda a estrutura e organização do futebol – aí inclusas as regras básicas da modalidade – é pensada como *moderna*. Já na origem essa definição parece difusa, pois de modo geral o moderno aparece como um corte tanto político – agenciado pelos atores históricos da época – quanto epistemológico – proposto pela historiografia especializada. Aparenta, portanto, que tanto os agentes históricos quanto seus narradores se encontram de tal modo imbricados no mesmo campo ideológico que o conceito de *futebol moderno* adquire temporalidade imóvel ao longo de sua experiência e da sua narrativa histórica.

Desde a sua reelaboração, o futebol – como nós o conhecemos hoje – é definido como moderno e apresentado como uma ruptura ao que passou a ser definido como "jogos tradicionais". E o contexto histórico em que essa distinção entre tradicional e moderno se deu é o final do século XIX europeu, em especial na Inglaterra. Não por coincidência, é o momento em que o ocidente, no âmbito da mundialização e eficácia do mercado capitalista, respirava o que os historiadores nomeiam como "triunfo da burguesia" (HOBBSAWM, 1997; MAZOWER, 2001).

É quando ocorreu uma série de eventos significativos que configuraram um discurso de ruptura entre práticas esportivas ditas tradicionais e o que passou a se chamar de moderno. Nos esportes, em geral, destaca-se a invenção dos "jogos olímpicos modernos" e toda a sua parafernália ideológica de autenticação, em especial a partir da organização da Olimpíada de 1896, em Atenas, por iniciativa do então secretário geral da União das Sociedades Francesas de Esportes Atléticos (USFSA), Pierre de Coubertain. Os argumentos pacifistas e liberais de Coubertain, para justificar a iniciativa, posicionam claramente o reestabelecimento dos jogos

olímpicos no campo da modernidade, como fica claro nesse seu discurso, pronunciado em 25 de novembro de 1892:

Há pessoas que vocês tratam de utópicos, quando eles falam do desaparecimento de guerra, e vocês não estão totalmente errados. Mas há outros que acreditam na redução gradual de chances de guerra e eu não vejo nisso uma utopia. Obviamente, o telégrafo, as estradas de ferro, o telefone, a busca apaixonada pela ciência, os congressos, as exposições têm feito mais pela paz do que todos os tratados e convenções diplomáticas. Bem, eu espero que o atletismo vai fazer ainda mais: aqueles que viram 30.000 pessoas correrem na chuva para assistir a um jogo de futebol, não vão achar que eu exagero. Exportemos remadores, corredores, esgrimistas; eis aí o livre comércio do futuro e o dia em que será introduzido nos costumes da velha Europa, a causa da paz que poderá receber um novo e poderoso apoio. Isso é suficiente para incentivar o seu servo a sonhar com a segunda parte do seu programa [após o desenvolvimento do desporto escolar ...]; ele espera que você irá ajudá-lo como você tem ajudado até agora, e que com você, ele vai continuar e realizar em uma base conforme as condições da vida moderna, esta obra grandiosa e beneficente: o renascimento dos Jogos Olímpicos. (apud CLASTRES, 2008, p. 13)

Fica expresso nesse manifesto a consciência de marcar uma ruptura, anunciando os jogos olímpicos como modernidade, dando-lhes significado de ato civilizado de defesa da paz e de harmonia entre os povos. Um discurso que acontece no mesmo contexto em que o domínio e extermínio violento de homens e culturas na Ásia e África ocorrem em nome do progresso e da civilização.

Nesse mesma perspectiva, no campo específico do futebol, o primeiro evento que se tem notícia foi a redação das regras originais (*Cambridge Rules*), em 1863, da prática esportiva que passou a se chamar *football association* (LES PRÈMIÈRES RÈGLES, 2008), ou simplesmente *football*. Em 1888 foi criado na Inglaterra a *Football League*, seguindo-se uma série de outras ligas nacionais, dentro e fora da Europa, e culminando em 1904 com a criação da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), na cidade de Paris (MURRAY, 2000).

A análise desses eventos, que se multiplicam inicialmente pela Europa e depois pelo resto do mundo, em especial a América Latina, cristaliza a ideia de que a criação das regras e das primeiras instituições do campo futebolístico procuravam marcar uma ruptura com o jogo tradicionalmente praticado, ou seja, aquele futebol jogado em lugares públicos, quase sempre associado ao desregramento social e à violência. Por essa leitura, teriam sido os alunos dos estabelecimentos escolares da burguesia emergente, de Oxford, Cambridge, Charterhouse, Kingston e outros que, por conveniência de distinção de classe de jogar de forma amistosa entre si, sentiram a necessidade de estabelecer regras que ordenassem o que era considerada

até então uma prática desregrada e violenta do cotidiano das ruas e que não distinguia socialmente os indivíduos (ELIAS/DUNNING, 1992; HOBSBAWM, 1977).

Evidencia-se nessa ruptura construída do moderno com o tradicional uma luta social e ideológica de autenticação de projetos de classes. Mas uma tensão que está longe de poder ser simplificada como uma luta de culturas puras de classe, como veremos na sequência.

Localizamos, portanto, o primeiro *sentido* do moderno atribuído ao futebol. Sentido este que, pela sua centralidade, irá adquirir caráter permanente nas análises posteriores em que os temas de crise do esporte e sua superação aparecem. Constatamos como essa narrativa permanece e se reproduz ao longo da experiência histórica do futebol. Como tanto atores históricos quanto historiadores encontram no mesmo campo ideológico de legitimação da invenção da modernidade.

Há uma certa convivência entre memória e história, em que historiadores se comprometem com o discurso hegemônico, naturalizando o processo histórico. Ignora-se que o próprio processo de hegemonização do discurso é carregado de tensões.

A consequência é que essa interpretação desistoriciza a modernidade e lhe dá um sentido inexorável de ruptura com um passado de desordem e aponta para um futuro de ordem e progresso. Invisibiliza as tensões internas do seu fazer-se, ou seja, silencia sobre seu processo histórico e revela uma única narrativa.

Como é recorrente nas narrativas históricas, a experiência do futebol enfrenta o dilema entre história e memória. Enfatizamos aqui um dos equívocos mais comuns na análise dos fenômenos sociais, que é o de ler uma determinada memória do processo – sem dúvida real e verdadeira – como sendo a totalidade da experiência do fenômeno analisado. E, nesse caso específico, como essa narrativa, pela sua hegemonia, está comprometida com um projeto específico de ordenamento da sociedade.

Ao destacar as reengenharias sociais do desenvolvimento do futebol, no final do século XIX, o que ainda predomina nas Ciências Sociais é uma *escolha de memória*, ignorando a existência de "memórias concorrentes" (POLLACK, 1989, p.3). Centrando em imaginários de tradição liberal e iluminista, esse tipo de escolha privilegia um determinado projeto intelectual e político, no qual os próprios narradores se encontram envolvidos. Desse modo, o campo ideológico que inscreve o futebol como um esporte moderno e associado às ideias de paz, progresso civilizacional, fator de superação de crises e atrasos, entre outras, é bastante complexo, o que exige esforço de compreendê-lo no campo da filosofia política.

Refiro-me à produção histórico-filosófica do conceito de moderno e modernidade e de como as Ciências Sociais que narram a experiência do futebol encontram-se imbricadas nesse projeto. Há um evidente concerto ideológico que garante aos esportes contemporâneos o sentido implícito de uma modernidade positivada, que se realiza como um devir. Ou seja, o futebol e o esporte em geral, como uma utopia que coincide com o projeto iluminista de ordem social do contrato social e da conquista e garantia de direitos universais do homem.

### **Por um conceito de modernidade**

O movimento constituidor da modernidade – e de termos recorrentes como "moderno" – é produto de uma longa produção histórica. Possui, por isso mesmo, grande densidade, nada nos autorizando a tomá-lo como estático e estabelecido, senão que pensado como um fenômeno de vigoroso tensionamento interno. A sua banalização – como encontramos em algumas narrativas do campo futebolístico, por exemplo –, deve-se à capacidade com que se naturalizou no processo cultural do ocidente. Mas é exatamente na profundidade dessas águas tranquilas de seu sucesso que devemos mergulhar para melhor compreender o metateorema do moderno e da modernidade.

Apesar de ser um tema complexo, a questão que se coloca é básica: se concordamos que o conceito de modernidade é um discurso cuja força e permanência se evidenciam na sua capacidade de invisibilizar suas origens sociais e ideológicas, e parecer como natural, imprescindível e universal a todos os indivíduos e sociedades, cabe a nós o esforço de colocá-lo em uma perspectiva histórica.

A construção do conceito de modernidade coincide com o desenvolvimento do pensamento filosófico ocidental, desde o século XVI (Reforma, Renascimento, descoberta do Novo Mundo) até o XVIII iluminista. É na conjuntura das "revoluções burguesas" – revolução industrial, revolução francesa e independência norte americana – que a ideia de moderno e modernidade se consolida, definindo a razão individual como verdade, ou seja, como esclarecimento.

Em 1783/4, respondendo em verbete à pergunta do que seria a verdade, Immanuel Kant elabora um dos primeiros pressupostos que define a verdade como a autonomia racional do homem no processo do conhecer e agir.

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade. Menoridade esta que é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de



outro indivíduo. E o culpado dessa menoridade é o próprio indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. (KANT, 2005. p. 63-64)

A maioria do homem, a que se refere Kant no contexto das revoluções burguesas, é a desvalorização da vontade de Deus (as revoluções religiosas) e do poder do Estado (a crise do Estado Absoluto) em favor da supremacia da vontade do indivíduo (o individualismo). Foi essa luta política e ideológica que possibilitou a formação de uma consciência histórico-filosófica de época. A razão (ou o esclarecimento) revelou no indivíduo a vontade de agir, a vontade de agir no mundo (DUMONT, 1985).

É nesse tempo-espaço europeu de autonomização do indivíduo em relação ao passado da vontade divina e do Estado-rei que nasce o autoconhecimento de se estar no mundo. É esta razão individual – a maioria do homem – que, agora, esclarece o mundo. Uma autocompreensão que rompe com o passado (a tradição) e coloca no presente e no futuro a realização da utopia da modernidade e do progresso. Ao dispensar Deus e o Estado como absolutos, o pensamento burguês elegeu a razão individual como um novo absoluto, único e universal (KOSELLECK, 1999, p. 9).

Para Habermas, Hegel teria sido o primeiro filósofo a desenvolver, de forma mais elaborada e consciente de seu significado, um conceito de modernidade. O primeiro "a elevar à categoria de problema filosófico o processo de separação da modernidade das sugestões normativas do passado" (HABERMAS, 1990, p. 26). Elevar à categoria de "problema filosófico" significa o indivíduo chamar para si (maioridade) a compreensão e o agir no mundo, elaborando desse modo a distinção entre o passado (a tradição religiosa e política) e o presente da *certeza de si* de um indivíduo fundado na razão individual. Em Habermas, para compreendermos essa relação entre *modernidade* e *racionalidade*, reafirmada em Max Weber e até hoje posta em questão, é preciso remontar a Hegel (HABERMAS, 1990, p. 16).

Por essa matriz de raciocínio, o que autoriza Hegel a elaborar o discurso de certificação da autonomia da razão individual? A autonomia da razão é, antes de tudo, o fazer-se do burguês como classe econômica e social, a partir de um projeto de emancipação em relação à religião e ao Estado. É no processo dessa autossuficiência que, desvalorizado aquelas vontades tradicionais, a razão individual assume agora a condução da História. É essa *consciência de si* que Hegel denominara de Modernidade, afirma Habermas: "é só no fim do séc. XVIII que o problema da *autocertificação* da modernidade se torna de tal modo premente

que leva Hegel a tomar consciência desta questão como problema filosófico e mesmo como o *problema fundamental* da sua filosofia" (HABERMAS, 1990, P. 27). Porém, essa consciência de si criou a necessidade de uma autocertificação, papel que Hegel atribui à filosofia política, ou seja, ao pensamento político da hegemonia burguesa (Idem).

Portanto, modernidade é a capacidade de traduzir em pensamento (filosofia) o seu próprio tempo. É a capacidade da autorreflexão que legitima essa consciência do tempo presente que se definirá como modernidade. É o indivíduo debruçando sobre si mesmo e produzindo, a partir dessa razão emancipada, a consciência de si e do mundo. A razão, como livre arbítrio, ao desvalorizar a religião e o Estado como absolutos, elegeu a si mesma como o juiz supremo. Um outro absoluto. Para Hegel, "o direito à liberdade subjetiva constitui o ponto fulcral e de inflexão que marca a diferença entre a antiguidade e a época moderna" (apud HABERMAS, 1990, p. 29). Ao mesmo tempo em que a liberdade criativa do indivíduo lhe permitiu romper com o passado, é essa capacidade reflexiva que deverá reordenar o mundo, agora chamado de tempos modernos.

Para este estudo fica claro, portanto, como o conceito de modernidade é elaborado no processo do triunfo da burguesia como expressão mais bem elaborada de sua consciência de classe, transformada pela força de sua hegemonia em vontade universal. A sociedade moderna é a síntese dessa utopia da autocertificação da razão do indivíduo que, ao mesmo tempo em que promove a crise da tradição, reordena o mundo sob sua perspectiva de classe.

O sujeito moderno e a sua consciência do mundo são tomados por essa narrativa como uno e universal. A emancipação da razão funda o indivíduo liberal, autoconsciente e senhor de seu devir. Segundo Koselleck, "o sujeito dessa filosofia era a humanidade inteira que, unificada e pacificada pelo centro europeu, deveria ser conduzida em direção a um futuro melhor", assumindo essa filosofia a produção dos "conceitos que justificaram a ascensão e o papel da burguesia" na história (KOSELLECK, 1999, p. 10).

O pensamento liberal iluminista instalou a separação entre moral e política, instituindo a política como vontade da razão. Estabelecida a desvalorização da escatologia, instaura-se a história progressista, ou a filosofia burguesa da história, como utopia. Cabe agora à razão esclarecida dirimir as diferenças e as tensões (KOSELLECK, 1999, p. 14). Instaura-se assim um "movimento permanente de crítica e crise do poder político", daí a estratégia da filosofia da história como utopia e devir (BACHUR, 2006, p. 173), pois os conflitos e tensões, que eram antes tarefa da Igreja ou do Estado, cabem agora à razão enfrentar.

## No triunfo do liberalismo a invenção do futebol moderno

A expansão e mundialização da economia capitalista, sobretudo na segunda metade do século XIX, amplificou as tensões e exigiu maior esforço de autocertificação da razão esclarecedora. Verificamos, nesse contexto, um paradoxo: ao mesmo tempo em que se constata, com a expansão do capitalismo, um "trinfo da burguesia", há um evidente esgarçamento e mesmo uma crise na capacidade de agir dessa razão burguesa. As tensões, subjacentes e dissimuladas pela utopia da vontade individual burguesa, tornam-se mais complexas e amplificadas, demandando para isso reinvenções sociais, políticas e ideológicas. Ou seja, triunfo e esgotamento produziram um ambiente de crise e demanda de invenções de novas tradições (HOBSBAWM, 1977).

Um desses tensionamentos manifesta-se no paradoxo do individualismo liberal que, para enfrentar as tensões produzidas pelo seu próprio sucesso, precisou erigir uma complexa cultura política do Estado-nação. Um esforço para reinventar o espaço social e continuar se legitimando. O Estado-nação deve agir de forma pragmática nos lugares onde a vontade de agir do indivíduo esteja colocando em risco a sua capacidade de ordenar, ou seja, em todos os poros da sociedade.

A novidade, nesse contexto histórico, é que o progresso capitalista gerou o fenômeno da *massa de indivíduos* que, em graus diferenciados, reclama a mesma certificação e vontade de agir no mundo. Utilizo o termo *massa de indivíduos* exatamente para expressar a complexidade dos novos extratos sociais que o *boom* capitalista promoveu. Com isso não pretendo *massificar* os indivíduos, mas apontar inicialmente para os limites da categoria do indivíduo uno e universal do liberalismo iluminista, assim como para os limites da categoria de classes sociais do marxismo.

Apesar dos esforços do marxismo em criticar o indivíduo uno e universal, sabemos agora o quanto a categoria das classes sociais pode ser do mesmo modo engessadora e não dar conta da radicalidade das distinções sociais. A raiz dessa elaboração, em Marx, foi a crítica aos conceitos desistoricizados e totalizantes de homem universal do Iluminismo. Porém, tanto o pensamento liberal burguês do indivíduo quanto o marxista das distinções de classe fracassaram. Ou melhor, foram vitoriosos como ferramentas epistemológicas na medida em que reproduziram interesses ideológicos em luta, mas agiram muito mais no sentido de ocultamento do que na visibilidade da complexa experiência histórica dos indivíduos. Não se trata em absoluto de desprezar a importância dessas categorias de análise social, mas de expô-

las à crítica histórica. O fato é que ambas as leituras guardam um caráter teleológico e tomam como determinante o reordenamento do futuro. Nesse sentido, é significativa a leitura niilista de Nietzsche sobre o fracasso da razão individual ou da razão de classe funcionarem como absoluto na reordenação do todo social.

A expansão capitalista da segunda metade do XIX, ao promover o triunfo do ideal burguês (como a utopia da democracia liberal, fundada na autonomia do indivíduo) proporcionou também o surgimento das massas urbanas, não apenas dos operários fabris, mas de uma imensa classe média de profissionais liberais e de empregados do setor terciário. Ou seja, o século do triunfo do individualismo burguês é, também, o do apogeu da massificação do indivíduo.

É nesse contexto de reconfiguração social, política e filosófica do liberalismo que o moderno se reinventa como tradição. Um rearranjo imposto exatamente pela universalização, no espaço das sociedades industrializadas, dos direitos políticos. É nesse paradoxo que precisa ser discutida a invenção do futebol no final do século XIX.

Nesse sentido há pelo menos duas leituras clássicas sobre o desenvolvimento do futebol (e dos esportes em geral), no final do século XIX, e que o apontam como "moderno", portanto como tendo estabelecido uma ruptura com as práticas esportivas até então existentes, denominadas de tradicionais. Uma dessas versões é dirigida pela teoria eliaseana, a partir da ideia da modernização da prática do futebol como uma tendência "civilizacional" de controle da violência (ELIAS; DUNNING, 1992).

Muito já se escreveu sobre a ambiguidade, em Norbert Elias, entre as teorias configuracional e civilizatória, em que o *voe cego* das configurações colide com o *sentido* civilizacional do controle das emoções e da violência (CHARTIER, 1988; RIBEIRO, 1994). Se por um lado a teoria configuracional é uma abertura para as indeterminações, a teoria civilizacional evidencia a filiação de Elias à utopia do progresso iluminista. Ou seja, o controle e autocontrole da violência como um movimento da vontade de agir de um eu racional e consciente de si.

Para Elias, a constituição dos esportes modernos – o fenômeno da desportivização – é característico do processo de desenvolvimento do ocidente. Para o sociólogo, os fatores que explicam o surgimento dessas práticas esportivas na Europa e em especial na Inglaterra vitoriana – desde a caça à raposa, o rúgbi, ao futebol – foram a industrialização (o progresso capitalista) e a formação do Estado-nação. Para Elias essas transformações nas sociedades europeias promoveram uma multifacetada rede de interdependência, forçando os indivíduos a

um crescente controle e autodomínio, representado pela instituição de um regime parlamentar de pacificação (ELIAS, 1992, p. 254). Desse modo, questiona:

A rápida aceitação do tipo de passatempos de desportos nos países continentais seria, talvez, um sinal da necessidade cada vez maior de actividade de recreação mais ordenadas, de maior regulamentação e menor violência física na sociedade em geral? (ELIAS, 1992, p. 225)

Questão que o autor responde afirmativamente na sequência de seu artigo:

É difícil considerar como um mero acidente o facto de os passatempos relativamente mais violentos e menos regulamentados das classes proprietárias de terras se terem transformado em passatempo relativamente menos violentos e mais minuciosamente regulamentados, que deram à expressão "desporto" o seu sentido moderno, no mesmo período em que essas classes sociais renunciavam à violência e aprenderam a forma de autodomínio mais elevada exigida pela via de controlo parlamentar e, em especial, pela mudança de governos. (ELIAS, 1992, p. 254)

Assim, para Elias, a configuração dos esportes, gradativa desde o final do XVIII e incisiva no final do XIX, caracteriza-se como uma ruptura com as práticas tradicionais (mais violentas), na perspectiva de um autocontrole. Ao progresso industrial associa-se a pacificação e um crescente domínio de si em relação às pulsões violentas. O esporte moderno é, desse modo, síntese da intenção civilizatória:

O aumento das restrições quanto à aplicação da força física e, em particular, sobre o acto de matar, e, como expressão dessas restrições, o deslocamento do prazer experimentado em praticar a violência para o prazer de ver a violência cumprir-se, podem ser observados como sintomas de um impulso de civilização em muitas outras esferas da actividade humana (ELIAS, 1992, p. 241).

Nessa passagem o autor refere-se (aliás, de forma muito envolvente) ao exemplo da caça à raposa, uma prática medieval de "matar para comer" que na modernidade tornou-se, pelo impulso civilizacional, um desporto, onde o objetivo deixou de ser matar a raposa, mas apenas caçá-la, como *fair play*. O ato de matar cabia aos cães, rigorosamente treinados para essa função. No passado (a tradição), "as principais fontes de prazer situavam-se na morte e subsequente ingestão do animal caçado" (Idem, p. 245). Na sociedade pacificada, desaparece o "prazer de comer". A caça à raposa transforma-se num exemplo do autodomínio, da pacificação da sociedade: "A caça inglesa à raposa é aqui utilizada como um modelo empírico, de forma a demonstrar algumas das características distintas do tipo de passatempo

que é chamado de 'desporto'" (Idem, p. 247). Os seres humanos "estavam cansados de violência" (Idem, p. 252). Elias vê nas reinvenções esportivas da era vitoriana a expressão do autodomínio dos indivíduos, e com a conseqüente pacificação de toda sociedade.

Numa sociedade cada vez mais regulamentada, como se podiam garantir aos seres humanos os meios eficientes de excitação agradável em experiências compartilhadas sem o risco de desordens socialmente intoleráveis e de ferimentos mútuos? Em Inglaterra, uma das soluções para este problema foi, como vimos, a emergência de passatempos sob a forma que se tornou conhecido como "desporto" (ELIAS, 1992, p. 256).

A reivindicação que Elias faz à descrição densa, como uma forma configuracional de explorar as indeterminações, fica engessada pelo paradigma do impulso civilizacional, como um sentido. Elias submete a análise configuracional ao projeto maior da teoria civilizacional. Ou seja, a experiência histórica de um segmento social, os grandes e médios proprietários de terras, é apresentada como síntese do indivíduo universal.

Obcecado pela perspectiva civilizacional do controle/autocontrole das emoções, Elias nega-se a analisar, numa perspectiva mais aberta, as tensões subterrâneas à hegemonia do capitalismo desenvolvido. É uma narrativa que não tensiona o "triunfo da burguesia" como um momento também de esgotamento da sua capacidade de realizar todas as demandas que o próprio regime liberal criou. Ou ainda, o de ponderar o fato de as primeiras décadas do século XX terem sido marcadas pela crise da democracia liberal e a ascensão do pensamento totalitário (MAZOWER, 2001). Pensar a conjuntura do triunfo do liberalismo – final do XIX – como antessala do totalitarismo. Nesse sentido, o processo de desportivização desse período, analisado numa perspectiva configuracional, não pode restringir-se às narrativas do triunfo civilizacional, como um sentido histórico dos indivíduos e das sociedades. Este é um discurso que se fez vitorioso exatamente pela sua eficácia em dissimular as suas contradições internas.

Uma outra leitura sobre o processo de formação dos esportes, no final do século XIX, encontra-se na obra do historiador Eric Hobsbawm. Apesar de não ter pesquisado ou escrito de forma específica sobre o tema dos esportes, ou mesmo do futebol, é recorrente em seus estudos a referência às práticas sociais e esportivas, em especial a da classe operária inglesa. Entre seus escritos, que aqui me utilizo, destaco o capítulo *Quem é quem ou as incertezas da burguesia*, da obra *Era dos impérios, 1875-1914* (HOBSBAWM, 2002) e especialmente o capítulo *A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914*, do livro *A invenção das tradições* (HOBSBAWM-RANGER, 1977).

De formação marxista, Hobsbawm discute o fenômeno da desportivização do final do XIX sob uma perspectiva de classes. Uma convergência inicial em relação a Elias é a visão de que predominava, na Europa industrializada desse período, um destacado "processo de parlamentarização". Esta tese, presente nos vários escritos de Hobsbawm, não tem a direção de anular as tensões, mas de problematizá-las para além da dicotomia mecanicista de proletariado *versus* burguesia, recorrente em certo marxismo vulgar. No processo de constituição do Estado-nação, do oitocentos, o historiador destaca alguns aspectos: a multiplicação de modo espetacular da classe dos trabalhadores fabris; a emergência de uma numerosa classe média, formada por profissionais liberais e trabalhadores do setor terciário; o conseqüente desenvolvimento de uma cultura de massa e, em destaque, a formação de partidos de massa (HOBSBAWM, 2002).

Apesar de não ter realizado uma crítica radical ao conceito marxista de classe (com o fez E. P. Thompson), Hobsbawm teve a preocupação de analisar o comportamento dos grupos sociais (classes e subclasses) para além das mistificações simplistas de consciências sociais de classes, estanques e estáticas.

Nesse sentido o conceito de "parlamentarização" em Hobsbawm é mais configuracional (ou se preferirmos, dialético), do que a "pacificação" em Elias. Enquanto em Elias a redução das tensões sociais e políticas na Europa vitoriana responde a um impulso civilizacional, como um sentido histórico, para Hobsbawm ela é expressão de tensões e conquistas políticas, intra e entre classes. Porém, ainda permanece em Hobsbawm a dificuldade em compreender as imbricações entre cultura política proletária e a cultura de massa, em especial na conjuntura europeia de espetacular expansão capitalista. Como pensar, então, a categoria marxista de consciência de classe, em uma sociedade na qual predomina a cultura de massa? Não estaria o fenômeno da massa colocando em xeque atribuída pureza dessas consciências? A parlamentarização, expressão política dessa cultura de massa, não estaria promovendo um embaçamento das fronteiras de classe? A dificuldade em fazer uma crítica radical à categoria classe/consciência de classe, dificulta Hobsbawm pensar como o proletariado movimenta-se na cultura de massa. Hobsbawm trabalha nesse limite, sem conseguir enfrentá-lo teoricamente. Ao mesmo tempo em que recusa admitir uma pacificação como um devir histórico, pura e simples, obriga-se a reconhecer a redução das tensões sociais no período. Redução que foi tanto conquistada quanto negociada, ou seja, no campo das lutas sociais. É nessa inquietação teórica que Hobsbawm analisou o fenômeno da desportivização

na Europa e que denominou, referindo por exemplo ao futebol, como um processo de invenção de novas tradições.

Hobsbawm reconhece que no processo de constituição da sociedade de massa o Estado-nação já se encontrava consolidado na maioria dos estados europeus, e que Estado e sociedade civil havia se tornado inseparáveis (HOBSBAWM, 2002, p. 273). Reconhece, pela ascensão do voto social, a democratização do Estado:

A ampliação do progresso da democracia eleitoral e a consequente aparição da política de massas, portanto, dominaram a invenção das tradições oficiais no período de 1870-1914. (HOBSBAWM, 2002, p. 275/6)

Se a ideologia liberal havia obtido seus êxitos econômicos na opção ao individualismo e à mão invisível do mercado, em detrimento de coletivos organizados, a partir "da década de 1870 em diante tornou-se cada vez mais evidente que as massas estavam começando a envolver-se na política, e não se poderia ter certeza de que apoiariam seus senhores" (HOBSBAWM, 2002, p. 276).

A multiplicidade de interesses – desde as tradicionais forças do campo, as massas operárias organizadas, os profissionais liberais, as classes médias ligadas ao setor terciário e, claro, as classes altas –, gerou a necessidade de constituir um discurso que de algum modo atendesse a essa complexidade politicamente ativa. A produção em massa de tradições foi a estratégia encontrada. Referindo-se ao caso francês, afirma Hobsbawm: "a invenção da tradição desempenhou um papel fundamental na manutenção da República, pelo menos salvaguardando-a contra o socialismo e a direita" (HOBSBAWM, 2002, p. 278).

A tese de Hobsbawm é que a maioria dessas tradições de massa inventadas, sejam as de iniciativa do Estado ou as da sociedade civil, manifesta algum grau de consciência de sua importância política e ideológica, pois em geral elas vinham acompanhadas de discursos de fundação e de legitimação. A instituição do 1º de Maio, dos trabalhadores organizados, ou as Olimpíadas do Barão de Coubertain, são exemplares nesse sentido.

No que tange à reinvenção do futebol, Hobsbawm adota a tese canônica (como em Elias) dela ter ocorrido a partir das escolas públicas vitorianas (Victorianpublicschool), frequentadas pelas classes médias e altas, como Oxford, Cambridge, Charterhouse e Kingston. A sua inquietação é em relação às motivações que teriam provocado nessas classes médias burguesas a necessidade de reinventar o futebol e, mais ainda, em que condições históricas ele se transformou em uma cultura das massas.



Em relação à primeira questão, para Hobsbawm, o segregacionismo social das classes médias europeias é o que justifica a estratégia de reinvenção do futebol, e mesmo a criação de novas práticas esportivas. Aqui nos deparamos com um problema de caráter epistemológico, notório no marxismo ainda hoje. Qual seja, a grande dificuldade (ou falta de esforço) em discernir *cultura operária* de *cultura de massa*, algumas vezes denominada de cultura de classe média. Na verdade, o problema se encontra no ponto de partida conceitual, de tomar essas categorias como essências. Historicamente o marxismo sempre desdenhou da(s) classe(s) média(s). Seu interesse sempre foi as "classes essenciais", o proletariado e a burguesia, onde efetivamente se dá a luta de classes e se desenvolve a história. Esses lugares se tornaram paradigmas, conceitos autoexplicativos, dispensando a crítica histórica.

Escrevendo nos anos 1970/80 Hobsbawm obviamente não ignora os esgotamentos desses paradigmas, mas manifesta incômodo em enfrentá-los de forma radical. Porém, tocado pela crise teórica e pelas evidências históricas dos movimentos sociais do final do XIX, Hobsbawm revela sua inquietação.

Estabelecer a presença de classe de uma elite nacional da classe média e a caracterização de uma classe média muito maior era um problema muito mais difícil, mas um tanto urgente numa época em que as profissões reivindicavam *status* de classe média, ou o número daqueles que aspiravam a elas aumentava com relativa rapidez nos países em fase de industrialização.

(...) A fluidez das fronteiras tornava difícil distinguir com clareza os critérios de distinção social. (HOBSBAWM, 1977, p. 299)

Hobsbawm não está aqui admitindo os limites da teoria de classes, mas reconhecendo a dificuldade histórica em identificar as distinções de classes. O problema para ele não é teórico, mas do fazer histórico. Ou, mais especificamente, em relação ao crescimento espetacular de um segmento social sobre o qual o marxismo nunca se interessou, a classe média. Um crescimento de tal modo significativo que se confunde com massa. Ou seja, algo difuso, sem forma: "os critérios relativamente fixos pelos quais se podia determinar a qualidade subjetiva de membro da classe nas comunidades locais estáveis haviam sido desgastados", conclui o historiador (Idem). A dificuldade em visualizar as linhas ideológicas dos grupos ou classes sociais exigiu do autor um esforço em compreender essas indistinções de classe, o que resultou em uma leitura original.

A referência, seguindo a tradição marxista, foi a de afirmar a incapacidade da classe média de agir como classe, pois "no sentido lato consideravam a identificação grupal

subjetiva algo extremamente difícil". Não eram [os indivíduos das classes médias] "suficientemente unidos por um destino e uma solidariedade potencial comum, como os operários" (HOBSBAWM, 1977, p. 310).

Incapazes de agir como classe (ou de manifestar uma consciência de classe), esses indivíduos tornaram-se segregários, como forma de distinção social.

As classes médias preferiram tomar a atitude negativa de se segregarem de seus inferiores através de mecanismos como a insistência rígida no amadorismo no esporte, assim como através do estilo de vida e valores de "respeitabilidade", sem contar a segregação residencial (HOBSBAWM, 1977, p. 310).

Estigmatizados pelas classes superiores, a classe média emergente passou a construir elementos de distinção em relação às classes inferiores, os operários. Nesse processo produziram práticas e valores identitários próprios, como o futebol nos ambientes fechados das escolas.

Na descrição desse comportamento cultural das classes médias, Hobsbawm identifica um momento em que a prática segregada do futebol se transforma em uma confusa cultura proletária de massa, como escreve o autor:

A princípio desenvolvido como um esporte amador e modelador do caráter pelas classes médias da escola secundária particular, foi rapidamente (1885) proletarizado e portanto profissionalizado. (...)

Com a profissionalização, a maior parte das figuras filantrópicas e moralizadoras da elite nacional afastou-se, deixando a administração dos clubes nas mãos de negociantes e outros dignitários locais, que sustentaram uma curiosa caricatura das relações entre classes do capitalismo industrial, como empregadores de uma força de trabalho predominantemente operária, atraída para a indústria pelos altos salários, pela oportunidade de ganhos extras antes da aposentadoria (partidas beneficentes), mas, acima de tudo, pela oportunidade de adquirir prestígio (HOBSBAWM, 1977, p. 297).

Assim, teria sido o processo de profissionalização do futebol, em função do recrutamento de jogadores entre os "operários habilitados", que teria transformado o futebol em uma cultura popular e de massa. "A adoção dos esportes, principalmente o futebol como um culto proletário de massa é confusa" (Idem, p. 296).

A "confusão", como já destacamos, deve-se à incongruência, na visão do historiador, da classe operária não apenas ter incorporado uma cultura esportiva reinventada pela classe média como estratégia de distinção de classe, como de tê-la transformada em cultura de

massa.

Para Hobsbawm o problema não é teórico (os limites da teoria marxista em relação ao conceito de classe/consciência de classe), mas de prática social pois, como destaca, o próprio movimento social organizado revelou falta de interesse por essas práticas, "assim como por vários outros aspectos não políticos da consciência de classe operária" (HOBSBAWM, 1977, p. 298).

Ao afirmar que algumas dessas práticas foram "formalmente criadas para serem distintivos de consciência de classe" (dissemelhante da leitura de Elias), Hobsbawm é lacônico, possibilitando concluir que a incorporação por parte da classe trabalhadora dessas práticas de cultura de massa seriam também *aspectos não políticos da consciência de classe operária*. Em outros termos, despolitização ou alienação, interpretação, aliás, recorrente na história do futebol.

## Conclusão

O objetivo do artigo foi o de refletir sobre a forma naturalizada como o conceito de modernidade permeia a narrativa dos principais atores envolvidos com o campo futebolístico, desde dirigentes de entidades a críticos especializados. Mas é sobretudo aos cientistas sociais que dão tratativas a essas memórias que o ensaio se destina. Ou seja, uma inquietação em relação às interpretações que reproduzem de forma acrítica os conceitos.

Como um campo de pesquisa relativamente novo, os estudos sobre o futebol ainda se encontram incipientes e em processo de construção, sobretudo quando se refere à elaboração de um corpo teórico de conceitos e categorias de análise.

O contexto político e intelectual dos anos 1980/90, no qual o campo de estudo do futebol se afirmou academicamente, é por si revelador da rede intrincada na qual se estabelece a relação entre memória e história do campo futebolístico. O período foi um momento em que o futebol passou a se configurar como uma prática global e cada vez mais um espetáculo de mídia, coincidindo (não por acaso, obviamente) com o esgotamento dos paradigmas explicadores da História.

Apoiada nas mídias globais, a espetacularização amplificou a sociabilidade da prática esportiva. O futebol se transformou em um fenômeno, tanto social e político quanto esportivo e mercantil. A sua metamorfose em produto de consumo multicultural e de massa encontrou no desmonte dos paradigmas das Ciências Sociais um campo fértil para se desenvolver. A

combinação do crescimento da importância política e social do futebol com a abertura dos estudos científicos para nos novos temas criou, nos anos 1980/90, as condições para a constituição do campo de estudo do futebol (RIBEIRO, 2012a).

Apesar desses arroubos, os estudos sobre o futebol ainda padecem sob encorajadas estruturas explicativas. Com poucas exceções, os estudos do futebol continuam reproduzindo modelos estruturantes da explicação histórica. A reprodução do futebol como "moderno" é um exemplo. Desde os estudos dos primórdios do futebol, no final do XIX, às práticas atuais, invariavelmente o termo moderno é tomado como autoexplicativo, em geral associado a ruptura com o atraso, à ideia de superação e progresso.

A análise da constituição do futebol (ou dos jogos olímpicos) como uma prática não violenta, da paz e da ordem social, é a reprodução de um projeto de ordem social que se impôs como estratégia de dissimular as tensões internas ou, se quisermos, de despolitizar o campo social.

A força de permanência do conceito de moderno e de algumas derivações como modernização encontra-se no fato de sintetizar a ideologia do liberalismo de tradição iluminista. De funcionar como utopia do progresso, transferindo de forma permanente para o futuro a solução das contradições que não consegue resolver no presente.

Nestes termos, a sua narrativa é invariavelmente desistoricizada, e sua eficácia encontra-se exatamente na capacidade de silenciar sobre as contradições presentes no processo de ordenamento e de controle social. O seu êxito está na capacidade de não dizer tudo, uma estratégia que de forma diferenciada interessa aos agentes sociais reproduzir. Não é esse o compromisso do historiador. Seu engajamento deve ser de inquietação com as verdades absolutas e perenes.

## **Referências**

- ANTUNES, Fátima M. R. F. **“Com brasileiro, não há quem possa!”**. Futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- BACHUR, João Paulo. Individualismo, liberalismo e filosofia da história. **Lua Nova**. São Paulo, 66, pp. 167-203, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.155**, 04 de agosto de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm) Acesso em: 13.11.2015

- CHARTIER, Roger. Formação social e *habitus*: uma leitura de Norbert Elias. \_\_\_\_\_. **A História cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.
- CLASTRES, Patrick. **JeuxOlympiques**. Unsiècle de passions. Paris: Lesquatrechemins, 2008.
- DUMONT, Louis. **O individualismo**. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ELIAS, Norbert ; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- ELIAS, Norbert. Ensaio sobre o desporto e a violência. In: ELIAS, Norbert ; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992, pp. 223-256.
- FREITAS JUNIOR, Miguel A. **No meio do caminho**: tensões presentes nas representações sobre o futebol e o ideal de modernidade brasileira na década de 1950. Curitiba, 2009. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, UFPR.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A invenção das tradições**. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977, pp. 271-316.
- HOBBSBAWM, Eric. Quem é quem ou as incertezas da burguesia. \_\_\_\_\_. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 233-269.
- KANT, Immanuel. Resposta a pergunta: Que é esclarecimento? **Textos Seletos**. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.
- KOSSELEK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ : Contraponto, 1999.
- LES PREMIÈRES règlesdufootball 1863. Présentation de Pascal Charroin. Paris: Le QuatreChemins, 2008.
- MAZOWER, Mark. **O continente sombrio**: a Europa no século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MIGNON, Patrick. **La passion du football**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1998.
- MURRAY, Bill. **Uma história do futebol**. São Paulo: Hedra, 2000.
- PEREIRA, Leonardo A. de M. **Fooballmania**. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- POLLACK, M. Memória, esquecimentos, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol, identidade nacional e Ciências Sociais no Brasil. In: ARMUS, Diego; RINKE, Stefan (eds.) **Del football al fútbol/futebol: Historias argentinas, brasileras y uruguayasenelsiglo XX**. Madrid / Frankfurt, 2014, Iberoamericana / Vervuert, 221 pgs. Estudios AHILA, 11, p. 185-202.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Ed. UFPR, ano 29 n. 57, jul./dez. 2012a, p. 15-43.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. Reordenamento das ligas de futebol. Crise ou nova ordem? In: **Recorde**: Revista de História do Esporte. Vol. 5, número 1, junho de 2012b. Disponível em: [http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV5N1\\_2012\\_12.pdf](http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV5N1_2012_12.pdf).
- RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação a Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, pp. 9-12.

Recebido em: 15 de dezembro de 2015.

Aprovado: 04 de abril de 2016.